

3 – O Plano Nacional de Educação

3.1 – Gustavo Capanema e o Plano Nacional da Educação

Gustavo Capanema, filho de Gustavo Xavier da Silva Capanema e de Marcelina Júlia de Freitas, nasceu em 10 de agosto de 1900 na cidade de Pitangui, no estado de Minas Gerais.

Cursou o ginásio no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, e terminou seus estudos secundários no Ginásio Mineiro. Ingressou em 1920 na Faculdade de Direito de Minas Gerais, “onde se tornou amigo de Abgar Renault, Mário Casassanta, Gabriel Passos e Emílio Moura, que mais tarde alcançariam renome, quer como escritores, quer como políticos”. E, “Junto com esses colegas de faculdade, Capanema formava o grupo conhecido como ‘os intelectuais da rua Bahia’, integrado também por Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos, João Alphonsus e João Pinheiro Filho”. Gustavo Capanema bacharelou-se em Direito em 1924¹.

Em 1925, retorna a Pitangui, onde trabalha como advogado, até 1929, e professor da Escola Normal. “Ao longo desse período, travou contato com a reforma educacional iniciada por Francisco Campos em sua gestão como secretário do Interior do governo mineiro de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade”².

Ao mesmo tempo, inicia sua carreira política em 1927, “elegendo-se vereador à Câmara Municipal de Pitangui”³. Em setembro de 1929, Olegário Maciel, após tomar posse do governo do Estado, convida Gustavo Capanema para ocupar o cargo de chefe-de-gabinete do Presidente do Estado.

Em novembro de 1929, Gustavo Capanema assume a Secretaria do Interior e Justiça, em substituição a Cristiano Machado, e, em 1933, com a morte de Olegário Maciel, assume interinamente o cargo de interventor federal em Minas.⁴

Após a eleição indireta de Getúlio Vargas pelo Congresso Constituinte, Gustavo Capanema ocupa, em 26 de julho de 1934, o cargo de Ministro da Educação e Saúde, substituindo Washington Pires, permanecendo à frente do ministério até 1945.

Com a eleição de Vargas em 16 de julho de 1934, dez dias antes da posse de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, uma nova Constituição entrou vigor.

¹ *Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1984, p. 607.

² Idem.

³ Idem.

⁴ Idem, p. 608.

Gustavo Capanema no relatório referentes ao ano de 1934 das atividades do Ministério da Educação e Saúde, apresentado ao Presidente da República em 1935, afirmou que “A Constituição Federal, em dispositivos claros e precisos, encarou de frente o problema da educação nacional”⁵. No mesmo relatório, o ministro ainda cita que a Constituição “Não podia, evidentemente, descer a detalhes ao estabelecer as atribuições conferidas á União e aos Estados. Delimitou, entretanto, essas atribuições e ao mesmo tempo fixou os lineamentos gerais do plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados”.

A Constituição de 1934 deu ao Conselho Nacional de Educação, a “competencia para elaborar o referido plano, afim de ser submetido á aprovação do Poder Legislativo”⁶.

Gustavo Capanema, em sua “primeira entrevista após a posse no Ministério da Educação”, disse que seria “um ministro constitucional e que cumpriria estritamente os mandamentos da Constituição”⁷.

Desse modo, o ministro, em janeiro de 1936, distribui um questionário intitulado *Plano Nacional de Educação: questionário para um inquérito*. Segundo o ministro,

“Dirige-se o questionário aos brasileiros – professores, estudantes, jornalistas, escriptores, cientistas, sacerdotes, militares, políticos, proficionaes das varias categorias, – a todos quantos estejam convencidos de que a educação é o problema primeiro, essencial e basico da Nação e, por isso, a queiram orientada no mais seguro sentido e dotada da melhor organização”⁸.

Gustavo Capanema tinha como objetivo “primordial” recolher informações e estudos para a elaboração do Plano Nacional de Educação. Assim,

“As respostas, que forem dadas, com as idéas, as sugestões, os pontos de vista dos varios sectores da opinião, constituirão elementos da mais alta valia, de que o Conselho Nacional de Educação certamente se utilizará, quando dentro em pouco, no desempenho de uma de suas precipuas atribuições constitucionaes, entrar a elaborar o plano nacional de educação”⁹.

O questionário apresentava um total de 213 perguntas que “inquiriram sobre todos os aspectos do ensino: princípios, finalidade, sentido, organização, administração, burocracia, conteúdo, didática, metodologia, disciplina, engenharia, tudo, enfim, que se fizesse necessário

⁵ Mensagem apresentada pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1935. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 82 – 3.

⁶ Idem, ibidem.

⁷ BADARÓ, 2000, p. 165.

⁸ “Duas Palavras”, in *Plano Nacional de Educação: questionário para um inquérito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936, p.2.

⁹ Idem, ibidem.

considerar para a definição, montagem e funcionamento de um sistema educacional”¹⁰. Entre as perguntas, treze indagavam sobre o ensino secundário. Vejamos:

- “35 – O que é o ensino secundario? Que finalidades deve ter?
- 36 – Deve haver mais de um typo de curso secundario? Em caso affirmativo, que typos haverá? Qual o objetivo de cada um delles?
- 37 – Que duração deve ter cada typo de curso secundario? Não deverão todos os typos ter a mesma duração? Que materias constituirão o programa de cada typo de curso secundario e quaes as que deverão ser comuns a todos elles?
- 38 – Em que medida (numero de annos e de horas semanaes) será exigido o estudo do grego e do latim no curso secundario?
- 39 – Cada typo de curso secundario deverá constituir um systema estanque?
- 40 – Os differentes typos de curso secundário darão os mesmos direitos de acesso a quaesquer cursos superiores?
- 41 – Como se articulará o ensino secundario com os outros graus e ramos do ensino?
- 42 – Quais as condições de matrícula no curso secundario? Qual o minimo e o maximo de idade para o ingresso no curso secundário? Deve-se exigir do candidato á matrícula certificado de conclusão do curso primario? Como se fará o exame de admissão ao primeiro anno do curso secundario? Sobre que materias deve versar este exame?
- 43 – Que exames deve ser exigidos no final do curso secundario? Deve haver o exame de madureza? Versarão as provas apenas sobre os assumptos ensinados no ultimo anno letivo? Quaes serão os julgadores dos exames finaes, nos estabelecimentos particulares de ensino?
- 44 – Que é ensino complementar, a que se refere a Constituição, art. 150, letra b? a que se destina? Qual a duração de cada um delles? O curso complementar será ministrado nos estabelecimentos de ensio secundario fundamental, nos estabelecimentos de ensino superior ou em estabelecimentos especiaes? Admittida a segunda hypotese, como seria ministrado o ensino complementar nas universidades?
- 45 – Onde devem se localizar os estabelecimentos de ensino secundario? Qual a relação que deve haver entre a densidade de população e o numero de estabelecimentos de ensino secundario?
- 46 – Como deve ser feita a administração interna das escolas secundarias?
- 47 – Como facilitar a diffusão do ensino secundario?” (p. 11 – 3).

Gustavo Capanema contou com a colaboração “de algumas figuras do relevo em nossos meios educativos” para a elaboração do questionário. Foram eles: Lourenço Filho, Paulo de Assis Ribeiro, José Eduardo da Fonseca, Julio de Mesquita Filho, Almeida Junior, Paul Arbousse Bastide, Hélène Antipoff, Benedicta Valladares, Alda Lodi e Noemi Silveira.

Segundo Schwartzman,

“O interesse suscitado pelo questionário confirma sua oportunidade. A Igreja Católica imediatamente se mobiliza. A Confederação Católica de Educação inicia uma série de conferências com o objetivo de apresentar um

¹⁰ SCHWARTZMAN et al, 2000, p. 193.

documento único com o ponto de vista católico.¹¹ A revista *A Defesa Nacional* faz uma chamada à corporação militar para formular um documento a ser enviado ao Estado-maior do Exército, expressando a opinião militar sobre os militares, naquilo que mais de perto interessasse ao Exército.¹² Intelectuais de destaque também receberam o questionário, mandaram suas respostas ao ministro e participam de conferências públicas cujos resultados são posteriormente reproduzidos pela imprensa” (SCHWARTZMAN et al, 2000, p. 193).

Em 13 de fevereiro de 1936, *O Jornal* publicou um pequeno artigo, de Lucia Magalhães, intitulado *Reflexões em torno do questionario preparatorio ao P.N.E.*. Para a autora, o questionário pretendia “preparar o espírito do paiz para receber o Plano Nacional de Educação”; e é esse o enfoque dado em grande parte do artigo. Vejamos alguns trechos:

“Não se espere muito, em matéria de educação, das reformas absolutas, perfeitas na elaboração, mas complexas na execução. A esperiencia tem demonstrado que acima do bem publico, influem os interesses individuaes para deformar e viciar systemas inicialmente bons. A reforma por excelencia deve ser esta intima impregnação dos espiritos da supremacia do factor educativo na vida da nação. É questão de dizer, repetir, convencer, persuadir, até inculcar profundamente a idéa na mentalidade em formação da geração nova, para que ella propria prescinda dos favores faceis, e se integre na disciplina do espirito.

Sem esta disciplina, de nada valerão as reformas, por brilhantes que sejam os seus orientadores, e perfeitos que sejam os seus conceitos. A nação precisa, primeiro se integrar *intimamente* na idéa da necessidade de uma mudança radical nos processos actuaes: é tempo que acabe a displicente indiferença dos que aprendem, e dos que são por elles responsaveis(...).

(...) Depois de uma larga éra de concessões, era necessario um periodo de meditação, para que amanhã possa frutificar o P.N.E.” (grifo do autora).

Nesse artigo a autora também enumera outras “vantagens” do trabalho elaborado pelo ministro Gustavo Capanema.

Outras manifestações acerca do questionário foram feitas por Arlindo Vieira.

Em 16 de fevereiro de 1936, Arlindo Vieira, em um dos seus artigos sobre a educação no Brasil, dedica uma pequena parte ao *questionário para um inquérito*. Ele não se prolonga sobre a questão. Para ele, “São 213 questões mais ou menos complexas, a que se não póde responder com um monosyllabo. Algumas offerecem materia para um estudo demorado e consciencioso, tal a influencia que podem ter no resultado final”. (VIEIRA, 1936 b, p.131).

Posteriormente, o padre concede uma entrevista a Jayme de Barros, redator-chefe do

¹¹ *Algumas sugestões do Centro D. Vital ao Plano Nacional de Educação*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1936. Ver também “O Plano Nacional de Educação”. Em *A Ordem*, volume 16, nº 78, novembro - dezembro, 1936.

Diário da Noite, sobre o inquérito elaborado pelo ministro. Essa entrevista foi publicada pelo *O Jornal* em 26 de março de 1936¹³.

Jayme de Barros relata que, “Durante a entrevista, o eminente professor do Colégio Santo Inácio, manifestou, de início, o contentamento com que recebera o inquérito do Ministro da Educação, na esperança de que agora organizaremos em bases sólidas o ensino público, em todos os seus graus e ramos”. Vejamos:

“Todos estranham, e com razão, o fato de terem sido algumas das últimas reformas impostas ao país por um decreto ministerial. O problema tão complexo do ensino deve ser estudado sob todos os seus aspectos. As questões formuladas no inquérito abrem campo às investigações de professores dos diversos graus do ensino e assim poderão contribuir grandemente para que se elucidem pontos duvidosos, para que se manifestem os abusos e erros cometidos até hoje e para que se prevejam as dificuldades que poderão ocorrer na prática das soluções apresentadas.

Não me parecem justas as críticas feitas ao inquérito por oferecer este pequenas lacunas e formular com menos precisão uma ou outra questão. São defeitos ou omissões de pouca monta, dado o fim que se pretende com esse questionário: O momento não é para críticas estereis. Sendo coisa manifesta a retidão de intenção que anima o ministro Gustavo Capanema, julgo que todos os brasileiros cultos têm o sagrado dever de prestar todo apoio a sua Excia e oferecer-lhe, cada um no campo de sua especialização, generosa contribuição para que afinal consigamos arrancar o ensino do atoleiro em que este se revolve, com sérias ameaças para o futuro do país.

Nunca tivemos, é verdade, um ensino secundário comparável ao dos países mais cultos da Europa.”

Ele ainda disserta sobre a “formação do mestre”, os “programas absurdos” e “o curso complementar”, mas um tema em destaque é a atuação do Estado na educação. Segundo Arlindo Vieira:

“A legislação escolar é verdadeiramente desastrosa.

A inspecção meticulosa, a imposição de programas anti-pedagógicos, sob todos os aspectos dignos de condenação, as provas parciais plisanterie demoralisante – e mil formalidades que desnorteiam os educadores competentes e conscienciosos e arruinam pela base a obra educativa.

Tudo isso obedece ao falso pressuposto de que o Estado deve ter o monopólio do ensino.

(...)

O Estado deve ser o guarda benévolo, o defensor potente e o protetor generoso de todas as instituições que tenham por fim promover a instrução do país.”

¹² *A Defesa Nacional*, nº 164, Ano XXIII, maio, 1936. Ver também, *Revista Militar Brasileira*, nº 2, Ano XXVI, abril a junho de 1936, Vol. XXXV. Imprensa do Estado Maior do Exército: Rio de Janeiro.

¹³ Essa entrevista também foi publicada no livro *O ensino das humanidades*, do próprio Arlindo Vieira, porém, a parte sobre o inquérito não foi transcrita no livro e a parte sobre ao curso complementar não foi transcrita no jornal.

No final do artigo, Jayme de Barros cita que, “Para o padre Arlindo Vieira, o Brasil se encontra, em matéria de ensino, na mais lamentável das situações. O Plano de Educação a organizar-se é, assim, um caso de salvação nacional. Mas para que seja bem organizado e eficientemente executado, é preciso libertar o ensino da política”.

A Associação Brasileira de Educação, a pedido do Ministério da Educação e Saúde¹⁴, preparou um parecer sobre o questionário. Esse trabalho, intitulado *Plano Nacional de Educação*, foi elaborado por Adalberto Menezes de Oliveira, Francisco Venâncio Filho, Gustavo Lessa (relator), La-Fayett Côrtes e Octavio Martins¹⁵.

Iniciado os trabalhos pelo Conselho Nacional de Educação, os artigos de Arlindo Vieira, publicados no *Jornal do Comércio*, passam a ter como objeto de estudo o Plano Nacional de Educação¹⁶.

Em 18 de abril de 1937, Arlindo Vieira cita detalhes sobre as reuniões do Conselho Nacional de Educação e narra as discussões em torno da elaboração do currículo do ensino secundário. Segundo ele, “Ficou logo estabelecido unanimemente pelo Conselho que o ensino secundario comprehenderia um curso fundamental de cinco annos, seguindo de um curso complementar de dois annos” (VIEIRA, 1937 b, p. 81).

Arlindo Vieira apresenta as matérias que iriam figurar nos sete anos do curso, com a respectiva distribuição – horas semanais – ao longo dos anos e, não muito satisfeito, afirma: “Não pretendo fazer aqui a critica do currículo (...). Há nelle pequenas deficiencias que não infirmam de nenhum modo o seu valor” (VIEIRA, 1937 b, p. 84)¹⁷.

Entre as “deficiências” apresentadas por Arlindo Vieira estava o ensino de matemática.

A matemática estaria presente nos sete anos do curso com a seguinte distribuição: 3, 4, 4, 3, 3, 4, 3. Arlindo Vieira critica essa distribuição afirmando que:

“A mathematica consagra o curriculo consideravel numero de aulas. Os programmas francezes e italianos têm respectivamente nos cinco primeiros

¹⁴ *Um grande problema nacional: estudos sobre o ensino secundario*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1940, p. 7.

¹⁵ *Plano Nacional de Educação*, parecer elaborado pela comissão designada pelo conselho diretor da Associação Brasileira de Educação (Departamento do Rio de Janeiro), 1936. Esse parecer foi assinado em 15 de junho de 1936.

¹⁶ Os artigos publicados até 6 de junho de 1937 fazem parte do livro *A nova orientação do ensino*, publicado em 1937 pela Comp. Melhoramentos de São Paulo.

¹⁷ O versão final do currículo, presente no Plano Nacional de Educação, apresenta algumas diferenças da versão apresentada por Arlindo Vieira.

annos a seguinte distribuição: 2, 2, 3, 3, 4 e 2, 2, 2, 2, 2.

Na Italia, a patria dos grandes mathematicos, há, em todo o curso de oito annos, 17 horas cosagradas á mathematica. Do Lyceu classico, onde o programma de mathematica se restringe ao que exigimos dos nossos alumnos no actual curso fundamental, saem os melhores alumnos da Escola Polytechnica.

Donde se infere que o que temos é mais que sufficiente. Seria melhor limitar a tres o numero de aulas em todas as séries” (VIEIRA, 1937 b, p. 86).

O Latim também figuraria nos sete anos do curso, porém, a sua distribuição ao longo dos anos seria a seguinte: 5, 5, 4, 4, 3, 3, 2. Apesar do grande número de aulas destinado à disciplina, Arlindo Vieira, como já era de se esperar, afirma que: “Não julguemos que o novo currículo representa o classicismo levado ao extremo. O que temos é um minimo necessario para que o ensino secundario preencha a sua finalidade” (VIEIRA, 1937 b, p. 88).

Ele finaliza o artigo com as seguintes palavras:

“Graças aos esforços do Ministro e do Conselho Nacional de Educação, a mocidade brasileira está de parabens. Em meio de espessas trevas reponta um raio de luz a prenunciar o advento de dias melhores para a causa do ensino, o problema dos problemas nesta phase angustiante da vida nacional” (VIEIRA, 1937 b, p. 91).

No próximo artigo, dia 25 de abril de 1937, Arlindo Vieira cita, entre outras coisas, uma entrevista de Luigi Fantappiè concedida à *Folha da Noite*, de São Paulo¹⁸. De acordo com o Arlindo Vieira, Luigi Fantappiè “manifestou suas impressões sobre o novo currículo do ensino secundario”. Além disso, ele criticou o caráter científico que figurava no nosso ensino. Vejamos:

“A minha primeira impressão á optima. Tenho que cumprimentar a todos os que tomaram parte naquelle Conselho pelo trabalho que vêm desenvolvendo e que só pode trazer grandes bens ao Brasil, uma vez que o critério adoptado é excellente. É optimo, repito, o criterio adoptado pelo Conselho Nacional de Educação em imprimir a todo o curso secundario a orientação classica, que eu, aliás, sempre sustentei em todas as minhas conferencias e conversas com as autoridades que conheci desde que cheguei ao Brasil, comquanto seja eu cultor das sciencias mathematicas.

Com effeito, tenho a convicção de que seja completamente falha a orientação scientifica no curso secundario. A experiencia que fiz aqui como professor da Faculdade de Pohilosofia, Sciencias e Letras nos tres annos passados confirmou ainda mais esta minha convicção, tendo concluido que os estudantes provenientes do curso actual têm não só difficuldades em se exprimir na propria lingua, como tambem uma preparação scientifica que, por ser demasiadamente vasta, é absolutamente superficial, e, o que é peor, essencialmente nos conceitos fundamentaes e naquillo que representa o proprio methodo scintifico.

O resultado disso é que tenho muito mais pena em refazer as bases dos

¹⁸ Arlindo Vieira não faz menção à data da publicação.

elementos da mathematica, o que não aconteceria se o ensino scientifico no curso secundario fosse reduzido só aos conceitos e resultados fundamentaes expostos, porém, com o mais absoluto rigor de methodo. Esse rigor, com effeito, é o que eu considero como o lado propriamente educativo do ensino sccientifico no curos secundario” (apud VIEIRA, 1937 b, p. 99).

Em 18 de maio de 1937, o *Jornal do Brasil*, publicou, na seção *Educação e Ensino*, uma “nota” que dizia:

“As palavras hontem proferidas, pelo Sr. Ministro da Educação e pelo Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação, ao ser entregue por este áquella autoridade o projecto do plano nacional de educação, revelam claramente a orientação directora na elaboração desse momentoso trabalho.

É preciso que a opinião não se deixe influenciar por interpretações falseadas. O plano não obedeceu a predominancias de grupos ou de exclusivismos de tendencias doutrinarias.

Nenhum dos membros do Conselho, quaesquer que fossem as suas directivas, procurou fazer com que prevalecessem as suas opiniões. Todos se collocaram á altura de suas responsabilidades e por mais notoria que se apresentasse a actuação de alguns outros sectores na vida social e cultural do Brasil, nenhum procurou sequer realizar qualquer trabalho de captação afim de conseguir a victoria dos principios que sustentaram no terreno da sociologia e da política.

O Sr. Ministro da Educação frisou bem que a elaboração do plano é uma conquista dos ideaes de um ensino efficiente e capaz de traduzir-se em affirmações positivas de uma política educacional justa e apropriada á indole da civilização brasileira”.

Gustavo Capanema “Envia a Vargas exposição de motivos e um projeto extenso de quinhentos e quatro artigos, todos compondo a peça inteiriça de um mosaico, para o qual deseja aprovação integral, sem emendas e com prazo de validade para uma década, dentro da qual não poderia se modificado”¹⁹.

Os 504 artigos do *Plano Nacional de Educação* eram dispostos em 6 partes: *Normas gerais, Institutos educativos, Do regime escolar, Do ensino livre, Dos recursos Financeiros e Das disposições gerais e transitórias*.

O Plano Nacional de Educação, “código da educação nacional”, era definido, na primeira parte, como “um conjunto de princípios e normas adotados” que serviriam “de base à organização e funcionamento das instituições educativas, escolares e extra-escolares, mantidas no território nacional pelos poderes públicos ou por particulares”.

De acordo com o plano, a educação nacional tinha “por objetivo formar o homem

¹⁹ BADARÓ, 2000, p. 306. O *Plano Nacional de Educação* foi publicado, na íntegra, pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, nº 36, Vol. XIII. Rio de Janeiro: maio – agosto de 1949.

completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas” e visava “ministrar conhecimentos e formar caráter, preparando a pessoa para a vida na família, na profissão e na sociedade”.

As disposições sobre o ensino secundário eram descritas na segunda parte.

De acordo o art. 51, o ensino secundário seria “destinado à educação do adolescente”, e teria em vista “o desenvolvimento harmônico da personalidade física, intelectual e moral por meio de uma cultura geral harmônica”.

O plano mantinha a divisão do ensino secundário em dois ciclos: o fundamental, de cinco anos, e o complementar, de dois. As matérias do ciclo fundamental seriam: Português, Francês, Latim, Inglês ou Alemão, Grego (facultativo), Matemática, Geografia, História, História do Brasil, Desenho, Física, Química, História Natural e Filosofia. No ciclo complementar seriam ministradas as seguintes matérias: Português, Francês, Latim, Inglês ou Alemão, Italiano, Castelhana, Grego, Matemática (abrangendo Cosmografia), História, História do Brasil, Geografia, Física, Química, História Natural e Filosofia.

O art. 57 apresentava a distribuição das matérias ao longo dos anos e o número de horas semanais destinadas a cada uma delas. Vejamos:

	<u>Número de horas</u>						
	Séries						
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a
Português _____	4	4	4	4	4	3	2
Latim _____	5	5	4	4	3	3	2
Francês _____	3	3	3	2	1	-	-
Inglês ou Alemão _____	-	-	3	3	3	2	2
Italiano _____	-	-	-	-	-	1	1
Castelhano _____	-	-	-	-	-	1	1
Grego _____	-	-	-	3	3	3	3
Geografia _____	2	2	2	2	-	-	2
História _____	2	2	2	2	2	-	2
História do Brasil _____	-	-	-	-	3	2	-
Matemática _____	3	4	4	3	3	4	3
Física _____	-	-	-	1	2	2	3
Química _____	-	-	-	1	2	2	3
História Natural _____	-	-	-	1	2	2	3
Filosofia _____	-	-	-	-	-	5	3
Desenho _____	2	2	2	2	-	-	-
Total _____	21	22	24	28	28	25	25

Podemos observar que há um predomínio do estudo das línguas. Com efeito, o número de horas destinado às línguas correspondia a mais da metade das horas de todo o curso.

Como citamos, o plano mantinha a divisão do curso secundário em dois ciclos, o

fundamental e o complementar, porém, a subdivisão do curso complementar implantada pela Reforma Francisco Campos foi extinta.

De acordo com Arlindo Vieira, a “polyfurcação” do ensino secundário era, também, condenada pelo ministro. Em sua conferência realizada no *Auditório da Escola Normal de Belo Horizonte*, em 23 de março de 1937, ele cita que:

“O Dr. Gustavo Capanema, em brilhante parecer apresentado á Comissão de Cultura da Camara, profliga com argumentos irrespondíveis esse absurdo que o novo plano educacional necessariamente ha de eliminar. Affirma o Ministro que antes de tudo se deve ‘liquidar a polyfurcação do curso complementar. Tal polyfurcação, prossegue S. Ex., está tirando ao curso complementar o seu carater de ensino secundario, cujo objetivo é a cultura geral. Tal polyfurcação significa evidentemente especialização. E especialização é cousa que não se admite na educação secundaria. São cousas antagonicas’. Lembra o Ministro outro inconveniente da polyfurcação do curso gymnasial que consiste em obrigar os estudantes ‘a escolher a carreira que devem seguir, quando ainda se acham em plena educação secundaria, isto é, quando ainda estão recebendo os elementos formadores dos seu espirito e destinados a lhes dar justamente uma capacidade de maior discernimento para tal escolha’ ” (apud VIEIRA, 1937b, p. 188 – 9).

O plano foi elaborado por Reynaldo Porchat (presidente), Anibal Freire da Fonseca, Alceu Amoroso Lima, Jonatas Serrano, Josué Cardoso d’Afonseca, P. Leonel Franca (S.J.), Cesário de Andrade, Samuel Libanio, Paulo Lira, Luiz Camilo de Oliveira Neto, Raul Leitão da Cunha, com restrições, M. Bergstrom Filho, Ary de Alves Lima, Isaias Alves de Almeida, Jurandir Lodi e Paulo Figueiredo Parreiras Horta. O Conselho Nacional de Educação, durante a elaboração do plano, foi dividido em comissões e à essas comissões “foram dadas as contribuições obtidas dos professores”, Arlindo Vieira e Euclides Roxo, entre outros²⁰. Segundo Horta (1994, p. 68), “não houve uma participação direta dos militares” na elaboração do plano, “apesar da insistência do Capitão Severino Sombra, no sentido que o Ministério da Guerra preparasse um ‘Plano Nacional de Educação Física’ como parte integrante do mesmo”.

Em 1937, Gustavo Capanema recebeu vários telegramas elogiando as novas diretrizes dada ao ensino secundário²¹. Mas, a *Revista de Educação*²², cita, num pequeno artigo sobre o Plano Nacional de Educação, que havia opiniões divergentes sobre o assunto, “sob a alegação de não preencher as exigências da vida moderna”.

²⁰ Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV – G.C. 34.05.19 I – 18 (série g). A comissão do ensino secundário era formada por Jonathas Serrano, Josué d’Afonseca e Jurandir Lodi.

²¹ Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV – G.C. 36.03.24/1 II (série g).

²² *Revista de Educação: pedagogia e didática*, Rio de Janeiro: Ano I, nº 1, julho de 1937, p. 11.